

## RESOLUÇÃO Nº 322, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

Aprova o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí para o período 2015-2020 e dá outras providências.

**O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí**, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 96, I, “b”, da Constituição Federal, e o art. 15, XV, do Regimento Interno, e

Considerando a necessidade de alinhamento da estratégia de tecnologia da informação do TRE-PI à estratégia da Justiça Eleitoral do Piauí; e

Considerando que a estratégia de tecnologia da informação implicará o comprometimento de todos os magistrados e servidores para o alcance dos objetivos, metas, indicadores e iniciativas estratégicas estabelecidas;

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Instituir o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI) para o período de 2015 a 2020, nos termos do anexo I desta Resolução.

**Art. 2º** São componentes do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação do TRE-PI:

**I** – Missão: Prover soluções de tecnologia da informação para o cumprimento da missão institucional do Tribunal;

**II** – Visão: Alcançar a excelência na prestação dos serviços de tecnologia da informação do Tribunal;

**III** – Valores: Transparência, comprometimento, celeridade, integração, imparcialidade/equidade, humanização e sustentabilidade;

**IV** - Atributos de valor: credibilidade, acessibilidade e usabilidade, transparência e controle social, ética, celeridade, imparcialidade, responsabilidade socioambiental, eficiência e inovação;[\(Redação dada pela Resolução TRE/PI nº 330/2016\)](#)

**V** – Objetivos Estratégicos:

- a)** Primar pela satisfação dos clientes dos serviços de TI;
- b)** Entregar serviços de TI alinhados aos requisitos da Justiça Eleitoral;
- c)** Aperfeiçoar o processo de contratação de TI;
- d)** Fomentar a eficiência na gestão dos custos, riscos e benefícios;

- e) Aprimorar a logística da apuração das eleições;
- f) Garantir a conformidade da TI com normas e regulamentos;
- g) Promover a segurança da informação;
- h) Desenvolver competências necessárias para a área de TI e de negócio.

**VI** – Indicadores;

**VII** – Iniciativas Estratégicas.

**§ 1º** Os componentes mencionados no artigo 2º integram o PETI 2015-2020, constante do Anexo I desta Resolução.

**§ 2º** Os objetivos estratégicos institucionais foram delineados a partir das perspectivas de orientação ao usuário, excelência operacional, contribuição corporativa e orientação ao futuro, distribuídos em cinco temas estratégicos: cliente, eficiência operacional, eleições, governança e gestão, e gestão de pessoas.

**Art. 3º** O cumprimento do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação é de responsabilidade de todos os magistrados, servidores e colaboradores do TRE-PI.

**Art. 4º** Compete à Presidência do Tribunal Regional Eleitoral, com o apoio da Diretoria-Geral e do Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação (CDTI), as atividades de governança referentes ao PETI.

**Art. 5º** Compete à Secretaria de Tecnologia da Informação as atividades de gestão referentes ao PETI, entre elas:

**I** – acompanhar a consecução dos objetivos estratégicos;

**II** – acompanhar a execução das iniciativas;

**III** – monitorar os indicadores;

**IV** – monitorar o alcance das metas;

**V** – propor alterações ao PETI, quando necessário.

**§ 1º** O desdobramento das iniciativas estratégicas em projetos e planos de ação será acompanhado pelo Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação.

**§ 2º** O acompanhamento dos indicadores e metas será realizado por meio de ferramenta automatizada.

**§ 3º** As unidades envolvidas no acompanhamento de indicadores serão responsáveis por alimentar as informações sobre os indicadores e metas.

**Art. 6º** Compete ao CDTI:

**I** – revisar a estratégia em ano não eleitoral, ou a qualquer tempo, quando necessário;

**II** – aprovar as alterações propostas pela STI.

**Parágrafo único.** As revisões e alterações do PETI devem ser submetidas à Corte, para aprovação.

**Art. 7º** Os casos omissos serão apreciados pelo CDTI.

**Art. 8º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, em Teresina (PI), 30 de novembro de 2015.

**Des. EDVALDO PEREIRA DE MOURA**

Presidente do TRE-PI

**Des. JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO**

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

**DR. GERALDO MAGELA E SILVA MENESES**

Juiz Federal

**Dr. AGRIMAR RODRIGUES DE ARAÚJO**

Jurista substituto

**Dr. JOSÉ GONZAGA CARNEIRO**

Jurista

**Dr. JOSÉ VIDAL DE FREITAS FILHO**

Juiz de Direito

**Dra. MARIA CÉLIA LIMA LÚCIO**

Juíza de Direito

**Dr. KELSTON PINHEIRO LAGES**

Procurador Regional Eleitoral

